

O PROCESSO DE KAFKA: O "OUTRO PROCESSO PULSIONAL" DAS NORMAS E DA MORAL

Silvane Maria Marchesini¹

[...] eu vigorosamente abordei o elemento negativo de meu tempo, um tempo que me é muito próximo, que não tenho nunca o direito de combater, mas que eu posso até certo ponto representar". Kafka anota esta frase depois de ter explicado seu insucesso "em tudo" pela "falta de solo, de ar, de lei". 4º caderno in-octavo, 25 de fevereiro [1918], 107.

Kafka, em seu caráter enigmático e opiniático, vigia silenciosamente as areias da *legitimidade* do *poder*, numa busca incessante e inatingida, de um *ethos* universal racional, ético ou religioso, que viesse recobrir o 'vazio' do 'lôcus de exceção' e amalgamá-lo definindo a alteridade *endo-exógena identitária*, no âmbito privado e público, sem o risco do 'assassínio de sua própria alma'.

Numa mistura extremamente complexa de sentimentos e de idéias, em que domina a nostalgia de um ser, conforme as forças da vida e formando aí uma frágil autonomia e questionável unidade com seu solo, sua língua, sua lei, Kafka, em verdadeiro artigo de fé que lhe corta o mundo judeu em dois,

¹ Silvane Maria Marchesini, Advogada OABnº 33731, Psicóloga CRP 08/11582, Pós-Graduada e Mestre em Psicanálise. Membro do Núcleo de Direito e Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná-Br.

smmarchesini@yahoo.com.br

depara-se constantemente com obstáculos racionais intransponíveis na busca da própria identidade.

A divisão da cultura iídiche, o território indefinido para os expatriados judeus do oeste, o distanciamento da língua hebraica de outrora, a incoerência da Lei nas suas nuances paternal, patriarcal e estatal, desencadearam em Kafka a culpabilidade e a perseguição, impossibilitando-o de construir um núcleo paradoxal identitário sólido, cuja busca incessante faz sintoma em seu trabalho literário, recalcando a palavra ‘judeu’.

Angústia profunda da qual ele é a encarnação, em busca viva de um *sistema paradoxal suplementar* que evite a loucura, Kafka experimenta momentos agudos na sua existência, que o deixaram neste *espaço-tempo paradoxal* no qual toda representação se abole.

“Da descoberta da cultura iídiche resulta para Kafka a oposição clara entre o Judeu do Leste e o Judeu do Ocidente, do qual ele é um tipo acabado. Humilde e orgulhoso, dotado de uma exuberância de vida que não corrompe sua pureza, o Judeu do Leste é, na sua vista, tudo o que o Judeu do Ocidente perdeu em querendo civilizar-se. O primeiro é notável e verdadeiro, sem buscar, especialmente, a nobreza e a verdade; o segundo é uma criatura mutilada, um inferior psíquico incapaz de viver e mesmo indigno de procriar.”
(ROBERT, 1979)

A unidade de seu ser, por vezes, foi quebrada por nunca ter conseguido fazer a *síntese* da identidade judaico-tcheca-alemã. Sentindo-se como um impostor que “roubou a criança alemã no berço”, ele não cessou de manter a antinomia entre o

leste e o ocidente como o fundamento de seu pensamento judeu. Representando-se como o mais típico dos judeus ocidentais, disse não ter um passado “esta coisa que todo homem recebe gratuitamente em partição”, e buscou adquiri-lo, talvez, como a mais dura necessidade. Abriu seu coração a um judaísmo autêntico, mas, as forças vivas de sua origem, ao invés de estimulá-lo, se voltaram contra ele, fazendo-o experimentar um exílio singular.

Sentindo-se, no âmbito público, suprimido da sociedade literária alemã pela sua intransigência e inoportunidade de desoladas questões sem fim em “Meditação” e, no âmbito privado, sentindo-se não reconhecido e aversivo à ‘forma de convívio matrimonial’, solicitou que seus escritos fossem queimados após a sua morte, e transformou ‘a mulher amada’ em supremo perigo, renunciando definitivamente ao casamento.

Logo após o término de seu noivado oficial em Berlim, com Felice Bauer, diante um “tribunal” de ruptura deste enlace, em data de 14 de junho 1914, Franz Kafka afirmou em cartas íntimas, se sentir “preso como um criminal”, e, paradoxalmente, em renovada força criativa literária, como a que o amor lhe havia dado no início do romance, inicia em agosto do mesmo ano, a escrita de *O Processo*, em que k., Kafka, vê-se ele mesmo morrer “como um cachorro”.

Numa espécie de atualização inconsciente da palavra ultrajante do pai judeu aos judeus, e da contextualização sociocultural em que o Judeu é um Cachorro, o Cachorro é um Judeu, Franz Kafka viveu um *processo transferencial* no qual o escindir do amor/ódio e o absoluto do desejo se isolam de toda pessoa em concreto. Enlaçando duas mulheres ao mesmo tempo, - a noiva, Felice Bauer, e a amiga ‘amada’, Grete Bloch, que ficou no entremeio do romance -, por ocasião do “tribunal” de dissolução do compromisso de noivado, elas convocaram Kafka a atualizar sua

questão judaica do ser desprezado, questão esta jamais resolvida no processo psíquico do tribunal parental.

A identidade entre O *Processo* literário e o “Outro Processo Pulsional” foi bem demonstrada no ensaio intitulado *L'autre procès*, de Elias Canetti (1969), prêmio Nobel de literatura, que buscou nas *cartas a Felice* o registro do efeito convulsionante produzido em Franz Kafka pela libertação do noivado, perante uma corte de justiça pública.

Observa Canetti (1969) que a apreensão do personagem K., vestido com roupa especial, ocorre na sua habitação enquanto ele se encontrava deitado na cama, isto é, no refúgio mais íntimo de qualquer pessoa. A *medida provisória imotivada*, a qual deveria *cumprir em liberdade*, lhe foi anunciada por duas pessoas, diante de um inspetor: “Alguém, ... havia caluniado Josef K. ... pois ... ele foi detido sem ter feito mal algum”. (KAFKA, 2004)

Essa imputação falsa de crime ‘não tipificado’, seguida de ordem de apreensão sentida como ilegítima, e, ainda, seguida de autorização a que o herói da narrativa, *Josef K.*, continuasse a circular livremente, coincide com evocação em diário íntimo, em que *Franz Kafka*, sentindo-se constrangido pelo olhar perturbador e alienante das pessoas, se referiu ao noivado de Berlim com Felice Bauer, dizendo: “... amarrado como um criminoso... e assim foi meu noivado ...”.

Importa destacar que a cena de apreensão se realizou no quarto da personagem nomeada Mlle. **B**ürstner. Seu nome começa com a letra **B** como Felice **B**auer e como Grete **B**loch. Apesar de a prosa sutil kafkiana não narrar a presença de mulher neste quarto, observa-se que na descrição há uma blusa branca pendurada na janela, símbolo que funciona como um substituto

onírico do feminino. Preocupado com a idéia de ter irrompido no quarto de Mlle Bürstner, o herói **K.** esperou-a e levou-a no seu quarto onde conversaram, e para consolá-la “... agarrou-a, beijou-a na boca e depois no rosto inteiro, como um animal sedento que passa a língua sobre a fonte de água finalmente encontrada”.

Assim, a cena de apreensão no quarto da personagem Mlle Bürstner, sugere representar o desejo que Kafka havia tido por Bloch, e a aversão aos noivados penosos com Bauer. A *apreensão imotivada e ilegítima*, a qual o personagem **K.** cumpriu em liberdade duvidosa, foi, assim, transferida “para o quarto de uma outra mulher”. Tudo se passa em estreita semelhança com a vida real, pois, Franz Kafka, além de haver desejado calorosamente Grete Bloch, em cartas íntimas, solicitou sua presença na oficializaço do compromisso de matrimônio com Felice Bauer. Nessas cartas, pediu, inclusive, que Grete assistisse à cerimônia, no *lugar* de seu pai, Hermann Kafka.

Malgrado sua aparente passividade, Kafka tinha consciência de se fazer a si mesmo um processo, pois, em cartas a Grete, ele disse: “... certamente no ”tribunal” você era meu juiz ... mas era somente uma aparência: em realidade eu estava no seu lugar e nunca o deixei”. Disto se percebe que ele não reconhecia nenhum juiz, nenhum tribunal exterior, pois, após tê-la designado, despoja-a da dignidade julgadora e retoma para si o lugar que ela havia usurpado. Kafka torna-se, assim, seu próprio tribunal apreciador de suas açoes cotidianas.

Numa suposta impunidade, a relaço mais intensa e agressiva que Franz Kafka havia estabelecido com Grete Bloch se descreveu na suspensa cena noturna no quarto de Mlle Bürstner. Tal satisfaço de libído sexual permaneceu em segredo inviolável, sem configurar nexo de causalidade com a traço e a conseqüente

sanção, tanto na escrita literária como na demanda no “tribunal” de Berlim.

Observa-se, ainda, que sob o olhar terceiro de bondade de Erna, - irmã de Felice, a quem ele se referiu numa carta, afirmando “E. é gentil comigo; incompreensivelmente ela acredita em mim, embora tenha me visto diante do ‘tribunal’” -, Franz Kafka, envolto nos misteriosos significantes familiares, materializou na última página de *O Processo*, justo antes do momento da execução, o último suspiro da fé que confirma a existência do espírito, e redigiu: “... seu olhar incidiu sobre o último andar da casa ... uma pessoa ... Quem era? Um amigo? ... Alguém que queria ajudar? ... Havia ainda possibilidade de ajuda? ... A lógica, na verdade, é inabalável, mas ela não resiste a uma pessoa que quer viver. “Onde estava o juiz ...? Onde estava o alto tribunal ...?” ... “Eu tenho algo a falar”. (KAFKA, 2004)

Ottla, irmã de Franz na vida real, também, significou-lhe a expressão do ideal de convívio amoroso e generoso, cujas forças inexauríveis foram propulsoras à sua criatividade. Franz, nos últimos tempos de vida, experienciou os resquícios de tal virtude, na harmonia do ritmo das linguagens e da simplicidade cotidiana do homem do campo, sob os cuidados da irmã mais amada, cujo convívio livre não foi perturbado, como ele disse, “pela violência habitual da confluência”. (Cartas a Felice, 1917)

Filiamo-nos, então, à tese da maior parte dos exegetas de Kafka, segundo a qual *O Processo*, iniciado precisamente em agosto de 1914, tem por fonte biográfica a ruptura do triângulo amoroso. Tanto a cerimônia do noivado oficial com Felice quanto a ruptura pública na “corte de justiça” suscitaram em Franz Kafka transferir o conteúdo emocional desses dois acontecimentos à produção imediata de seu clássico livro: os noivados tornaram-se, assim, a “apreensão”, no primeiro capítulo, e o “tribunal”

apresenta-se sob a forma de execução, no último capítulo. (CANETTI,1969)

Acrescentamos, ainda, que as causas remotas desse *conflito paradoxal*, expresso em seu discurso, se enraízam nas amarras de sua própria origem judaica e de sua novela familiar, cujas forças transferenciais convocaram Franz Kafka a atualizar inconscientemente sua questão fundamental da metáfora paterna.

Então, escutemos o que flutua! Sempre repetindo dois movimentos ligados e inversos no discurso, Kafka cumpre o incoerente imperativo paterno, levando a injúria tradicional ao anti-semitismo à palavra. Franz Kafka alterando inconscientemente o verbo ‘danar em verbo ‘ser’, se *vinga* e, inversamente, se *pune*, no concreto do destino discursivo: “*Que se dane o judeu! Quem se dana é judeu!*”.

Franz Kafka, em *Carta ao Pai* referindo-se a sua infância, afirmou: “... pode ser que seja o mesmo em todas as lojas de comércio ... Você, ..., eu lhe via gritar, enfurecer-se, desencadear sua raiva com uma violência que, então, acreditava, devia ser sem igual no mundo inteiro ..., você jogava de uma maneira bruta ... as mercadorias ..., o que obrigava o empregado a apanhá-las”. Ou bem, invariavelmente, dizia em falando de um empregado tuberculoso: “Que ele se dane, então, esse cachorro doente!”.

Seu pai, Hermann Kafka, apesar da língua checa na sua origem, não era um tcheco convicto. Educou e nomeou seus filhos em alemão continuando a manter o nome judeu Kafka, que em tcheco teve que se escrever Ka ‘*ř*’ ka. Em honra ao Imperador François-Joseph, protetor legal dos judeus num império em divisão, chamou seu filho de Franz, o qual se encarna, não sem ironia, nos seus heróis nomeados *Josef* : “*Josef K.*”, “*Joséphine*”.

Podemos perceber desse detalhe, que um *conflito trans-geracional* - alusivo a um 'fantasma de abandono' gerador de fobia na raça judaica - e, também, um *conflito histórico pessoal* - com o pai interditor -, no ato de transmissão do nome, consagraram Franz Kafka a ficar clandestino "como um órfão" no "pequeno" K., e nas figuras híbridas viventes ou inanimadas que povoam todos os seus escritos. Entretanto, em testemunhando na sua produção literária a diáspora de seu tempo e sua dolorosa economia familiar, Franz esforçou-se incessantemente a instruir seu próprio processo edipiano de norma e de moral.

A incerteza, por vezes, tocando o limite do seu eu com a realidade do mundo, fez Franz Kafka sentir-se um Judeu antijudeu. Este crime de traição moral à origem parental, no qual dissimulava sua identidade, marcou-lhe uma falta indelével, a primeira, talvez, que o condenou, antes mesmo que o processo do inocente K. fosse julgado.

Kafka na vida adulta, em sua feroz inteligência, transpôs à literatura o questionamento mais profundo do ser, que, para ser humano, habitará esse lugar paradoxal originário da representação do *significante primeiro*, do Ka 'f' Ka, do iídiche ao tcheco-alemão, do viver-e-morrer, da alteridade de gerações e de sexos.

Em cartas íntimas, numa espécie de "paralisia da alma" (CANETTI,1969), ele escreveu sua angústia sob forma de indecisão, medo, frieza de sentimento, demonstração minuciosa de insuficiência de amor, hipocondria e melancolia, e apresentou os fundamentos da sentença imutável de sujeição a sua falta de lei.

Em conseqüência de educação sustentada numa crença sem alma e do oportunismo como qualidade necessária, Franz Kafka foi pego entre duas necessidades totalmente contrárias:

uma, decorrente da língua, que o engajou inteiramente numa esfera de cultura estrangeira alemã; a outra, imposta pelos seus pais, judeus ocidentais, que o levou incessantemente para trás, para uma língua iídiche e forma de vida da qual ele não via mais que alguns restos mal conservados do judaísmo. Assim, segundo o próprio Franz, é que nasceu seu “infinito” sentimento de culpabilidade. (ROBERT, 1979)

Desdenhado o iídiche, língua desenvolvida pelos judeus do ocidente, assim como o longínquo hebraico, ambos totalmente banidos na educação das famílias judaicas, Franz Kafka se tornou herdeiro deste desprezo e ambicionou tornar-se um escritor de língua alemã.

Culpado por sua hipócrita discrição para com os *outros* não judeus, ele pecou, ainda, contrariamente, traíndo o judaísmo parental não confessado. Como bem afirma Marthe Robert (1979), “esta dupla falta é a fonte direta da culpabilidade *sem delicto* que conduz *Joseph K.* a uma destruição *sem julgamento*: tanto irrefutável interiormente que não provada exteriormente, ela funciona toda sozinha e acarreta, automaticamente, sua sanção, segundo um mecanismo sobre o qual os argumentos do Direito não têm maior efeito do que aqueles da razão”.

Entendemos, então, que o processo do personagem *Josef K.* seria simplificado se *Franz Kafka* tivesse feito a escolha pessoal entre ‘quero *assimilar* totalmente o judaísmo paterno em *Mim*’ e ‘quero *excluí-lo de Mim* como *retorno* ancestral incondicional. Mas esse *fechamento inconsciente* que lhe permitisse uma *repetição diferencial criativa* ele não o fez, pelo que mostra, precisamente, em assumindo um estilo entrópico e hesitante entre várias possibilidades sem solução e em povoando sua obra com múltiplas entidades sem identidade definida.

Permanecendo nele em aberto, a ‘*proposição primeira superegóica*’ suscetível a estabelecer *limites éticos*, Franz manteve-se com sentimentos conflitados e ambivalentes em relação à *supremacia* do eu e do outro, situando-se no ponto a ser interdito entre o ‘gozo absoluto’ do bem supremo e a ‘lei’, ou seja, entre a autonomia da liberdade individual e a heteronomia aos modelos ideais impostos.

Sua arte na busca de legitimação da lei se manifestou, num eu duplicado e combatente na mais obstinada luta contra um poder superior, impregnada pelo *medo* desmesurado da coerção, que tivesse como única função o castigo. Manifestou-se na mais alucinada paixão pela lei, que, por este mesmo fator, só alcançaria o ‘lugar’ da ‘não-lei’.

Distanciando-se de um funcionamento que lhe permitisse tomar uma decisão no campo *real*, seu conflito entre amor e ódio, completude e incompletude, submissão e comando, permaneceu no campo *imaginário* contra o poder, como se “quem manda fazer” lhe estivesse colado à própria pele, ameaçando sua autonomia. Como efeito, por falta de adesão *inconsciente* a um “pacto fundador de reconhecimento da diferença de lugares” subjetivos na história da alteridade dos sexos e das gerações, a relação de Franz Kafka com a autoridade faz sintoma, deslocando-se no campo simbólico.

Lembramos que é a partir de um *ponto de negatividade* alusivo à *primeira subtração do gozo-todo* que o sujeito *perde* uma parcela do anseio ideal universal de unidade e segurança do estado pré-natal com a mãe, aderindo ao pacto de alteridade referido ao pai, e acede, conseqüentemente, à possibilidade de palavra dicotomizada entre si e os objetos do mundo, e organiza o ‘eu’.

Portanto, quando o sujeito realiza no *real* a *excisão* com o objeto supremo, e acede a *dicotomia* entre bem e mal, amor e ódio, mesmidade e alteridade, *assimilando* em espécie de síntese uma *representação terceira transcendente* a recobrir esta *perda inicial* da idealização de completude, ou seja, a recobrir esta *falta* que o separa e o constitui, é que ele pode falar a partir do *lugar* de origem pactuado S_1 , distinguindo-se da cadeia dos significantes *originados*, designada pelo *lugar discursivo* ocupado pelo significante S_2 .

No ato *real* da decisão, em ‘consentir numa perda’ de parcelas alusivas a elementos paradoxais interagentes, é que se estabelece um *ethos* hierarquizante e singularizante, a vir recobrir o ‘vazio’ do ‘*locus* de exceção’ entre o sujeito e o outro. Metáfora paterna, que gera uma espécie de ‘*acoplamento estruturante*’ constitutivo de subjetividade não coalescente, e faz funcionar o “jogo de substituição significativa”.

Portanto, o exercício de toda autoridade do poder se funda neste campo *inconsciente* por adesão ao pacto, significante S_1 , que opera a Lei do Nome-do-Pai, via castração, e estabelece os distintos lugares nas ‘*posições discursivas subjetivas*’.

Lembramos, ainda, com LACAN (1962) que ‘a lei e o desejo recalcado são uma única e mesma coisa’. A lei pactuada interdita o *conflito* entre a exaltação de desejar e o medo de desaparecer nas chamadas do desejo e nas forças da própria potência destrutiva, o que tem como efeito o aparecimento da agressividade. Nesse processo de *recalcamento*, pela força dos interditos, incorpora-se os pais como objeto de identificação e define-se a própria identidade sexual no discurso.

Observemos que o *conflito originante* da lei de interdição do incesto não se situa entre a lei e o desejo incestuoso, mas entre a lei e o anterior *gozo absoluto* intencionado.

A Lei *proíbe* o incesto e, também, determina o modo de *repetição* de gozo *limitado* no curso da existência, salvaguardando a integridade do ‘eu’ do perigo de estilhaçamento, caso acesse ao gozo trágico do incesto. (NASIO, 1995)

Lembramos, aqui, que a fundação do direito nos primórdios da espécie surgiu de um longo e complexo ‘sistema paradoxal’ de ‘gozo ilimitado e interdições’, elaborando-se a lei da proibição do incesto, do parricídio e o estabelecimento da propriedade e do patrimônio.

A questão que neste ponto nos colocamos é: “De que lugar” o sujeito Franz Kafka agencia o seu discurso? Fala ele do lugar subjetivo, da autoridade sustentada no campo *real* da origem S1, donde se comanda; ou fala do lugar subjetivo da subjugação, sustentado nos significantes originados S2, donde se é comandado?

Parece-nos que, por algum fracasso na decisão da *cisão* dessas representações, em tempo arcaico do pacto originário *superegóico*, Kafka agencia seu discurso, predominantemente, a partir de uma *posição de subjugação*, de modo *imaginário* e rebelde em relação ao poder. Por vezes, não mantém um distanciamento ao referencial originário de autoridade S1, e passa a agenciar seu discurso ‘como que’ ocupando os dois lugares discursivos simultaneamente.

Sempre em dúvida e sem convicção sobre um representante *único* ou *lógico transcendental* a poder ocupar, com seu aceite, este “lugar lógico de traço diferencial de exceção” que legitima a autoridade; Kafka reatualiza em toda sua escrita íntima e obra o predomínio de tal fragmentação, sancionando-se ser o autor solitário de sua própria existência.

Franz, sempre adiando seu julgamento sobre a *desidealização* do bem, e sobre qual *referencial terceiro*, patriarcal e

paternal, que deveria assimilar para incluir na sua *lógica constitutiva subjetiva* e estabelecer a alteridade mãe/filho, permaneceu, digamos assim, preso na catraca da lei, como um pequeno K., sem poder adentrá-la e dela ‘*ver*’ a dicotomia entre o Ka ‘*v*’ *ka*.

Viveu uma espécie de sonho de conjunção radical, horizontal e imanente, sem operacionalizar um fechamento para seu *sistema paradoxal* normativo de unidade pessoal.

Na passagem do estado de contingência ao estado normativo universalizante de valorativas superegógica, o pequeno Franz não encontrou uma *unidade diferencial* entre a *diferença* e a *repetição* para se decidir e singularizar sua identidade Ka ‘*f*’ Ka. Não encontrou um outro ponto estático de segurança e paz que fosse distinto de seu sentimento de violência da sanção. Distanciando-se dos valores consagrados no passado dos judeus do leste, não encontrou um critério interpretativo para a imperatividade de sua condição ocidental e excluída do casal parental, permanecendo na expectativa da expectativa de altíssimos ideais.

Nesse “outro processo pulsional” superegógico, “pré-edipiano” e “edipiano”, constitutivo da *identificação subjetiva*, é possível investigar a potência subjetiva da norma e da moral. Trata-se de um *sistema paradoxal* de *instâncias normativas*, denominadas ‘Ego Ideal’ e ‘Ideal do Ego’/‘Superego’: tempos nos quais se organizam as tensões alusivas à autonomia do narcisismo onipotente; e as tensões alusivas a heteronomia de submissão a *autoridade* hierárquica e ao *modelo* das expectativas dos outros, interiorizadas. Estes aspectos *não* complementares e contraditórios de ‘Ideal’ e de ‘Imperativo’ empenham seus esforços em *recalcar* o complexo edípico, mediante uma solução entre o modelo e a lei, num devir a ser atingido.

A *resolução* da *contradição* entre autonomia e heteronomia de submissão moral à autoridade do poder, e ao modelo a ser seguido, depende de uma *solução de compromisso*, na qual se desdobrem as disjunções que se tornaram conjunções, - 'você *deve* ser como o pai' / 'você *não* deve ser como o pai' - para encontrar por *ultrapassagem*, em outro tempo e lugar, um *ponto de unidade ético* mais satisfatório, formando uma *sedimentação* das *identificações edípicas*: 'Ser como o pai, e ter *outra* mulher, *mais tarde*'.

O 'superego' é uma instância paradoxal na qual as proposições, por vezes, se justapõem, levando a imperativos impossíveis. Na neurose, a culpa está presente na ordem e na contra-ordem. Na melancolia, o absoluto da culpa, também, é impossível ser resolvido por uma *delimitação* do proibido e do permitido, pois o *conflito* permanece aquém da lei. Em casos extremos, o 'superego' coloca o racional a serviço do processo primário. Ele parece conclamar: 'De qualquer jeito você é culpado'.

A educação tem influência na formação desse sistema *paradoxal* 'superegórico', que funciona na interação de elementos: por um lado, a violência das próprias pulsões e, por outro, a força dos interditos sociofamiliares.

Retomando, a articulação entre O *Processo* literário kafkiano e "O Outro Processo Pulsional" das normas e da moral, concluímos, que - sem a pretensão de esgotar a pesquisa -, para o sujeito alcançar a capacidade de tomar as próprias decisões, é preciso que ocorra um ritual de *fechamento* do *superego* edipiano.

Franz Kafka em sua posição discursiva subjetiva demonstra, assim, não ter firmado, tempestivamente, um *real* pacto dual/triádico entre as tensões alusivas à autonomia de integridade narcísica e a heteronomia de autoridade e modelos impostos, que lhe estabelecesse um *mínimo hierárquico* entre duas proposições

imperativas, não complementares, interagentes que formam um sistema paradoxal de contraditivas: o imperativo dos interditos superegóicos e a idealização das injunções do modelo egóico, a permitir contratar o futuro.

Permaneceu na eterna e inviável pretensão de controlar o espaço/tempo do porvir sem assimilar em tempo hábil um *significante primeiro* capaz de organizar um clichê para imprimir o texto a ser escrito de sua vida, e possibilitar-lhe ‘evitar’ e ‘recusar’ a total angústia do ‘vazio’ do ‘espaço tempo de exceção’ fundante de si. Permaneceu a seu modo, por um lado, colado ao ideal de onipotência materna, sem estabelecer uma dialética ambivalente a ser obtida por clivagem do objeto e, por outro, sem consentir a função paterna como significante uno terciário de referência a funcionar como acoplamento estruturante entre a dicotomia do proibido/permitido no mundo externo e nos interditos sociais.

Temeroso de uma coalescência, tal como um menino, desmedrava a olhos vistos, não podendo assumir o modelo parental e responsabilizar-se pela própria agressividade em ato. A imensidão de sua inteligência lhe recolocava a questão estrutural do afeto: “Como vir a ser um pai menos violento, se sou tomado pela minha própria energia pulsional não ligada ao amor, amor que ainda receio perder?”

Seu sistema paradoxal manifesto no discurso denuncia longo período de ideal como defesa diante da impossibilidade de identificar um rei clandestino confiável a arbitrar a graça.

Questionamos-nos, ainda, que representação sustentou a capacidade de julgamento singular excessivamente crítica de Kafka.

Parece-nos que buscando delimitar-se, para evitar uma radial passagem ao ato, Kafka se inventou, extemporaneamente, e num duro combate, um *sistema paradoxal vicariante*, ou seja, uma saída substitutiva a sua situação paradoxal, que aparece como sintoma através de simbolização.

Apontou, assim, com sua rara inteligência e profundo sofrimento emocional, para os desafios do mundo atual, que ao contestar o modelo hierárquico vertical tradicional caminha na via da deslegitimação do poder.

O poder para Franz se achava contestado e incontestado, sem um *padrão* diferencial definido sobre as nuances do ‘Livro das Leis’, para simbolizar as disjunções judaico-alemãs com apoio no social de seu tempo, e redeterminá-las. Contestado, pois, sua ideologia dominante recusava outorgar o poder ao pai judeu desprezante-desprezado e agressivo o qual não correspondia ao ‘Vater’, determinador do prumo da pátria germânica; e, incontestado, pois, não conseguia identificar a diferença simbólica dos lugares de pai e de filho judeu-não-judeus em relação à mãe. Mãe judaica-alemã que, também, em sua ambigüidade, era sentida como mãe judia a qual não correspondia a ‘Mutter’ que lhe transmitira a língua alemã.

Como na dupla injunção paradoxal, em que Abrão é convidado a colocar seu filho à morte e a não fazê-lo, Kafka se vê num paradoxo originário; porém, há fortes indícios de que não cumpriu o holocausto. Não se permitiu *perder* “uma parte do todo” prometido para que a promessa se cumprisse.

Não pôde assimilar o único traço que distinguia o judeu do não-judeu, que era a adaptabilidade dos judeus do oeste à cultura européia. Disto resultou para Franz cumprir a sanção de permanecer sempre na dúvida dissociada entre a culpa pela traição

dissimulada à origem judaica e a humilhação decorrente da coerção ao judaísmo parental.

Quando não bastava a confrontação ao poder superior, Franz, para ter fôlego, tentava *desapare-ser*, ou seja, *ser-na-inação*, no duplo movimento paradoxal do *se punir* e *se vingar*.

O personagem do processo K., manifestando tal clivagem, mantém sempre duas atitudes contraditórias, configuradas em paranóia e em delírios de observação. Negando a realidade, sempre por identificação especular imaginária, Kafka por meio de seu personagem *Josef K.* descreveu com perfeição a dinâmica esquizóide: paralisava-se e impedia-se de decidir eticamente, entre o recalcar ou o remeter para mais tarde a realização de sua interdição.

Numa posição maníaco-depressiva, na qual o conflito patogênico surge entre o eu e o supereu, perpetrando o crime edípico a intervalos no plano psíquico, como nos rituais totêmicos primitivos, Kafka manteve uma espécie de relação com o objeto completo.

Segundo Melanie Klein (1957), o evitamento à *perda* desse ideal de completude denuncia que ela pode ser sentida como uma *perda total* da própria subjetividade, e afirma que: “os excessivos processos de cisão” fazem parte integrante de graves traços paranóides e esquizóides que podem ser a base da esquizofrenia. Somente o ego “mais integrado torna-se capaz de vivenciar culpa e sentimentos de responsabilidade, os quais fora incapaz de enfrentar na infância; a síntese do objeto se faz, havendo portanto uma mitigação do ódio pelo amor, e a voracidade e a inveja, corolários dos impulsos destrutivos, perdem em poder”.

Klein afirma, ainda, no texto intitulado *Inveja e Gratidão* (1957), que “A *inveja primária* está na gênese da culpa”, e

que na posição “maníaco-depressiva a frustração foi excessiva e a indulgência surge em demasia”.

Para Charles Melman, a possível existência de dois quadros clínicos tão contrastantes, mania-depressiva, traduz “uma dissociação específica entre a economia do desejo e do gozo”. Explicando, cita o exemplo daqueles que, “depois da imigração e mudança de língua de seus pais, possuem um inconsciente ‘feito’ em uma língua, que seria estrangeira para os pais”. Nesta língua de adoção, “o desejo não está ligado a um interdito *simbólico*, inscrito no inconsciente, mas apenas a uma distância *imaginária* do sujeito, tanto de seu ideal como de seu objeto, portanto, suscetível de ser abolido para realizar o ‘crime’ edípico”. Em tais casos, de uma certa relação com o ‘Nome-do-Pai’, mesmo quando os pais mantêm entre si uma correta relação com a lei simbólica, pode surgir a melancolia, com ausência de alucinações, sem construções delirantes ou distúrbios especificamente psicóticos da linguagem. (CHEMAMA, 1995)

Lembramos, então, que nem toda criança é um Édipo em gérmen, capaz de se julgar, de instruir seu próprio processo e de se ver incestuoso e parricida sem se matar nem se tornar louco. Nem todos desenvolvem um sistema paradoxal auto-reflexivo, que lhe permita diafragmar vezes sobre o ‘eu’ e vezes sobre o ‘supereu’, sem perder sua consistência e decidir-se pela própria execução.

Portanto, se interpretarmos, a partir da “escansão significante”, os sentimentos melancólicos de Kafka, expressos nos escritos íntimos e no seu discurso literário, parece só ter restado um destino a Ka-f-ka: morrer como o “empregado do pai”.

A quem a palavra era dirigida à época de sua infância? Ao empregado da loja? Ao judeu-cachorro? Ao menino

Ka-v-ka judeu-tcheco-alemão, do leste ou do oeste? Ao próprio pai comerciante na época confusa da Primeira Guerra Mundial, do desmoronamento da Áustria-Hungria, do nascimento da República Tcheca, e da recrudescência das agitações anti-semitas em Praga?

Falha no processo de ‘*recalcamento*’ que não dotou o ‘superego’ de um fechamento em tempo hábil, a resolução das identificações?

Sim! Esta síntese *singular* dialética não se concluiu. Restou a Kafka a doença da palavra e da ingratidão. Restou, do todo de suas vivências, a mesma ironia que lhe era peculiar. Restou-lhe só permanecer como uma criatura mutilada, preza a palavra ultrajante do pai: morrer como um cachorro doente! Tuberculoso! Sem solo, sem língua, sem lei.

Kafka deixou-nos em sua arte ‘*do que é pequeno*’, o ampliado questionamento sobre as areias da legitimidade do poder: a busca incessante de um *ethos* que venha produzir o cimento estético capaz de recobrir o ‘vazio’ do ‘*locus de exceção*’ e amalgamá-lo definindo a alteridade *endo-exógena identitária* no âmbito singular. Também, a busca incessante de um *ethos* que venha produzir no vazio entre a “pré-história da espécie” e do “indivíduo”, um renovado *pater* coletivo menos violento, personificando o *pacto dever-seres* no contrato social e jurídico, sem o risco do ‘assassinio de nossas próprias almas’.

Resta-nos, então, a responsabilização na construção de um *prumo* a determinar a linha vertical e a profundidade das águas em que se encontra a embarcação civilizatória. Articulação discursiva em coerentes ritmos de linguagens que levem à fé convicta no amor e a sadias identificações pactuadas entre dois cajados: benignidade e liame.

Finalizo estas preliminares reflexões sobre Franz Kafka, com referência ao livro crítico do ‘profeta hebraico da justiça’: “A visão do gafanhoto, do fogo e do prumo” Tendo eles comido de todo a erva da terra, disse eu: Senhor Deus, perdoa, rogo-te; como subsistirá Jacó? Pois ele é pequeno. ... (AMÓS 7.2) ... O Senhor me disse: Que vês tu, Amós? Respondi: Um prumo. Então, me disse o Senhor: Eis que eu porei o prumo no meio do meu povo de Israel; e jamais passarei por ele. (AMÓS 7.8)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

CANETTI, E. *L'autre Procès: Lettres de Kafka à Felice* essai Traduit de l'allemand par Lidy Jumel, nrf, Gallimard, 1972

CHEMAMA, R. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE PSICANÁLISE: *o legado de Freud e Lacan*. Editado por: Pierre Kaufmann. Tradução de: Vera Ribeiro, Maria Luiza X. de Borges. Consultoria de: Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FREUD, S. *Criminosos em consequência de um sentimento de culpa*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, 2ª ed., v. XIV. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. *Repressão*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, 2ª ed., v. XIV. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

KAFKA, F. *O Processo* tradução e posfácio Modesto Carone. - São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

KLEIN, M. *Inveja e Gratidão e outros trabalhos (1946-1963)* / (As Obras Completas de Melanie Klein; v. 3) ; tradução da 4ª ed. inglesa; Elias Mallet da Rocha Barros, Liana Pinto Chaves

(coordenadores) e colaboradores. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991

MARCUSE, H. *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LACAN, J. *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde de Freud*. In: Escritos. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. *A metáfora do sujeito*. In: Escritos. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. O seminário: livro 17. *O avesso da psicanálise*. 1969-1970. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992a.

LAPLANCHE, J. *A Angustia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LEBRUN, J-P. *Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Tradução : Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro : Companhia de Freud, 2004.

LEBRUN, J-P. *Autorité, Pouvoir et Décision dans l'institution*. Bélgica, 2004, (texto em fase de pré-publicação).

NASIO, J. D. *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NASIO, J.-D. *L'oedipe Le concept le plus crucial de la psychanalyse*. Paris, 2005, Éditions Plyot & Rivages, 106, boulevard Saint-Germain, 75006

RÉFABERT, P. *De Freud à Kafka*. Calmann-Lévy, 2001

ROBERT, M. *Seul, comme Franz Kafka*. Ed: Calmann-Lévy, 1979.

SILHOL, R. *Psicanálise & Literatura*. In: DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE PSICANÁLISE: o legado de Freud e

Lacan / Editado por: Pierre Kaufmann. Tradução de: Vera Ribeiro, Maria Luiza X. de A. Borges. Consultoria de: Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 671/678.